



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Tribunal de Contas do Estado

02101Tribunal de Contas do Estado

Inciso III do Art.12 da LDO nº 8.891, 23/07/19

OGE 2020

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
01.032.1455-6267	Operacionalização das Ações Administrativas	10.090.358	0	0	9.873.363	216.995	0	0	0
01.032.1455-7628	Implantação de Projetos de Tecnologia da Informação (TI)	1.807.500	0	0	130.000	1.677.500	0	0	0
01.032.1455-8571	Modernização da infraestrutura do TCE	1.817.072	0	0	1.555.019	262.053	0	0	0
01.032.1455-8572	Capacitação para Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores do TCE	360.573	0	0	360.573	0	0	0	0
01.032.1455-8575	Administração de Recursos Humanos dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Servidores do TCE	146.858.132	146.142.332	0	715.800	0	0	0	0
01.032.1455-8576	Implementação de Ações de Publicidade Institucional	440.386	0	0	430.386	10.000	0	0	0
01.032.1455-8581	Implementação de Ações de Promoção ao Controle Social	238.749	0	0	233.529	5.220	0	0	0
01.032.1455-8768	Implementação de Ações de Assistência Médica e Odontológica	3.050.991	0	0	3.040.991	10.000	0	0	0
01.032.1455-8769	Implementação de Ações de Qualidade de Vida	105.000	0	0	100.000	5.000	0	0	0
01.032.1455-8770	Implementação do Teletrabalho	700.000	0	0	50.000	650.000	0	0	0
01.032.1455-8771	Manutenção de Soluções de Tecnologia da Informação (TI)	3.130.066	0	0	1.311.672	1.818.394	0	0	0
01.032.1455-8927	Implementação de Mecanismos de Fiscalização com Base nos ODS 08 e 16	460.827	0	0	428.256	32.571	0	0	0
01.331.1455-8573	Concessão de Auxílio Alimentação	13.914.053	0	0	13.914.053	0	0	0	0
01.542.1455-8773	Capacitação de Jurisdicionados	175.000	0	0	170.000	5.000	0	0	0
Total		183.148.707	146.142.332	0	32.313.642	4.692.733	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

OGE 2020

Tribunal de Contas dos Municípios

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Auxiliar as Câmaras Municipais no controle externo, na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios do Estado.

Inciso VI do Art.12 da LDO nº 8.891, 23/07/19

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Constituição do Estado do Pará, arts. 115 a 123.	Estabelece normas a serem aplicadas, no que couber, à organização, composição e fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios.
Lei nº 5.654, de 23 de janeiro de 1991.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 25, de 5 de agosto de 1994.	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios, e dá outras providências.
Ato nº 9, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado, de 8 de março de 1995.	Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
Emenda Constitucional nº 26, de 16 de junho de 2004.	Dá nova redação ao art.307 da Constituição do Estado do Pará, o processo de escolha de Conselheiro do TCE E TCM, em caso de vaga ocorrida após a promulgação desta Constituição, ou que venha a ocorrer, observado o disposto no art.119, obedecerá os critérios descritos nesta Emenda.
Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios FUMREAP/TCM.
Lei Complementar nº 084, de 27 de dezembro de 2012	Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 102, de 29 de setembro de 2015.	Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e altera a Lei Complementar nº 84, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.
Portaria nº 0323/2015 - TCM.	Fixa o valor da diária a que fazem jus os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará que, a serviço, no efetivo exercício de suas atribuições legais.
Portaria nº 0326/2015 - TCM.	Regulamenta a antecipação de décimo terceiro salário de seus servidores.